

A historiografia das rebeliões regenciais e as representações políticas rebeldes

Léa Maria Carrer Iamashita¹

Resumo: O artigo propõe refletir sobre as representações políticas de grupos rebeldes populares, discutindo a tendência historiográfica de articular as rebeliões regenciais ao processo de independência do Brasil, atribuindo às rebeliões populares o significado político de frustração pela não obtenção das promessas e expectativas geradas nas lutas da independência.

Palavras-chaves: independência, rebeliões regenciais, historiografia.

Abstract: The article analyses the political representations of popular rebel groups, discussing the historiographic tendency to link the rebellions of Regency Period with Independence of Brazil, giving the popular rebellions the political significance of disappointments for not obtaining the promises and expectations generated in the struggles of Independence

Key words: Independence of Brazil, Rebellions of Regency Period, historiography

Isabel Marson afirma que “a Independência desencadeou a era dos tumultos” (MARSON: 1998:73) e Andréa Slemian e João Paulo Pimenta atribuem a este período o “nascimento político do Brasil”. (SLEMIAN & PIMENTA: 2003:10-13)

As idéias contidas nas expressões utilizadas por esses autores são recorrentes na historiografia brasileira. Referem-se ao momento correspondente à complexa reconfiguração das redes de significados políticos e mentais que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, em meio à crise do Antigo Regime e ao “turbilhão político” correspondente à expansão do movimento revolucionário iniciado em 1789.

A esse “turbilhão”, ao qual também se articula o processo de construção da nação brasileira, nossa historiografia insere a Independência do Brasil, e, de formas díspares, as rebeliões regenciais. Ou seja, no estudo da construção da nação, evidencia-se a tendência historiográfica de articular as rebeliões regenciais ao complexo processo de Independência, atribuindo às rebeliões populares, o sentido de frustração com o processo de Independência.

Para Wilma Costa, o entendimento das rebeliões regenciais, inseridas ao longo processo de Independência revela-se ainda mais quando se analisa as distintas esferas de organização do poder, dos modos de ação política e das transformações das formas de sociabilidade nos planos local, provincial e geral, como também na identificação de distintas

¹ Doutoranda em História Social, bolsista CNPQ, Universidade de Brasília.

temporalidades da manifestação da “crise”, no plano das partes do Império. (COSTA: 2003: 114)

Pode-se argumentar que se trata apenas de uma questão de perspectiva, pois se entendermos a Independência apenas como “desligamento de Portugal” poder-se-ia situá-la de 1808, ao final das guerras da Independência; se articularmos o evento ao processo de construção da nação, posto que no Brasil os dois processos se deram juntos, poderíamos estendê-lo até o final da Revolução Praieira, em 1848. Claro que não são os marcos cronológicos pontos importantes, mas os entendimentos de rebelião e de Independência por trás desses posicionamentos.

A articulação entre rebeliões regenciais e a Independência já era feita pela historiografia do século XIX, de tal forma que as rebeliões eram tidas como decorrência das injustiças daquela. Portanto, a historiografia oitocentista já atribuía às rebeliões regenciais, inclusive aquelas que podemos denominar de “populares”, o significado de frustração pela não obtenção das promessas ou das expectativas geradas durante o processo de Independência.

Ocorre que, quando essa percepção de injustiça era defendida por grupos da elite rebelde, os autores oitocentistas atribuíam-lhes a postura heróica de luta pelos ideais, e quando era defendida pelos grupos populares, homens livres pobres e escravos, atribuíam-lhes uma postura própria de selvagens rebeldes e irracionais.

Vejamos, por exemplo, essa idéia de explosão das rebeliões regenciais decorrentes das frustrações pela Independência em Gonçalves de Magalhães, ao iniciar sua “Memória histórica da Balaiada”, no século XIX:

(...) Nada há que espantar nos deva nesta série de rebeliões que desde a época de nossa Independência até hoje têm arrebatado nas províncias do Império. Os povos livres, e os que procuram ser, se removem continuamente, ambiciosos do bem sonhado, e impacientes do que lhes escapa; mas ativa e vertiginosa é sua vida, e sujeita às alterações provenientes do exaltamento das idéias; além de que vivemos em época de transição.(...) (MAGALHÃES: 1848: 14)

Francisco Sales Torres Homem, ao escrever, em 1849, sobre a história da “Revolução da Independência” e seus efeitos, refere-se aos movimentos de desordem do período regencial como “*desencadeamento das paixões e instintos grosseiros das escórias da população*”. Porém, divide esses movimentos de outros, por ele denominados de liberais, como a Confederação do Equador, a Revolta Liberal de 1842, e a Praieira. Compara estas às revoltas

européias que significaram a luta da liberdade contra a tirania, característica essencial do século XIX. (HOMEM: 1849: 164)

No século XX, ao referir-se ao período pós-Independência, Sérgio Buarque sugere que as revoltas populares no Pará foram decorrentes das insatisfações entre os populares com o processo de Independência:

(...) As populações nativas esperavam, com a Independência, “uma liberdade completa, liberdade constitucional mal entendida”, dir-se-ia mais tarde. No entanto continuava o regime da escravidão, das violências.... os nativos já se viravam contra os brancos que pela cor da pele já lhe pareciam reinóis ou seus adeptos.(...) (HOLANDA: 1967: 86)

A respeito da rebelião regencial da Cabanagem (Pa, 1835-40), Sérgio Buarque afirma:

(...) Mestiços ou índios trazidos ao convívio do mundo que se politizava, esses contingentes humanos tinham, como é muito natural, uma consciência primária das coisas, em particular daquelas que significavam poder político. Para eles a Independência deveria ter-lhes trazido a posse imediata e total do governo, o que não ocorrera.(...) (HOLANDA: 1967: 115)

A respeito da Balaiada (Ma e Pi, 1838-41), destaca:

(...)Eram os trabalhadores humildes, boiadeiros, trabalhadores domésticos e de sítios, barqueiros dos rios da província: o Itapicuru, o Mearim, o Pindaré, o Parnaíba. Essa camada social, nos conflitos da Independência e nos episódios posteriores, compusera o quantitativo ponderável dos grupos em armas. E sem o breca de um exemplo que lhe viesse da parte dos que governavam, não podiam deixar de expressar o seu descontentamento, a sua revolta, senão no primarismo de atos vandálicos. As guerras e as guerrilhas de que haviam participado serviram-lhes de grande escola para um ato de desespero ou para um ajuste de contas, “dos que não tinham contra os que tinham”(...) (HOLANDA: 1967: 159)

Também Emília Viotti articula o processo de Independência às revoltas do período regencial:

(...) Aos olhos da população mestiça, a Independência significava sobretudo a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso à universidade de Coimbra e ao clero superior.As populações mestiças buscavam a igualdade e abundância Para estas, a Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios.(...) (COSTA 1977: 34)

Ainda José Honório Rodrigues vê continuidade entre as revoltas da Regência e emancipação política, pois esta, tendo sido frustrada, desencadeara as lutas contra as injustiças do colonialismo. Quando José Honório chama a Independência de “revolução inacabada”,

esclarece que o faz porque ela foi “mal-acabada” ou, mal conduzida nos seus termos finais, na incapacidade de reformar o país, de libertá-lo totalmente dos entraves coloniais. Segundo o autor, reagindo à contra-revolução, dirigida por d. Pedro,² a guerra da Independência teve o poder de manter o espírito revolucionário e de afirmar o compromisso de enfrentar o *status quo*, declarando hostilidades às injustiças do colonialismo. (RODRIGUES: 1975: 321)

Historiadora da Balaiada no Piauí, Claudete Miranda Dias também articula a rebelião ao desenrolar do processo de Independência. Para a autora, “*a Balaiada está intimamente ligada ao processo de emancipação política e da formação do Estado brasileiro no século XIX*”. E ainda: “a Independência política não se resume à proclamação, mas a um processo longo e violento com inúmeras manifestações políticas em vários pontos do país, iniciando-se em fins do século XVIII, indo até 1850, quando se consolida a Monarquia Constitucional”. (DIAS: 2002:87)

Uma vez colocada essa tendência historiográfica, desejemos convidar à reflexão sobre esses significados políticos atribuídos às motivações das lutas regenciais, principalmente no que se refere ao envolvimento dos populares nas “nossas revoluções”, termo utilizado no século XIX para designar as lutas do período.

Em relação à historiografia da Revolução Francesa, Pierre Rosanvallon destaca a prevalência da tradição jacobina e a reiterada tentativa de absolutização da soberania do povo. Ao privilegiar a tradição jacobina, a historiografia francesa promoveu uma separação entre uma história das representações e das lutas políticas e uma história das instituições. (ROSANVALLON:1994)

O autor propõe conhecer melhor a segunda, justamente o contrário do que ocorreu na historiografia brasileira da Regência e das rebeliões regenciais, que privilegiaram o estudo do Estado, das instituições. É de grande importância a pesquisa sobre essas representações políticas dos diferentes grupos sociais. Só recentemente despontam trabalhos preocupados com a participação popular na Independência ou nas lutas da Regência.

Em se tratando do estudo das representações políticas observamos que, ainda quando o objetivo é analisar a cultura política que “ganhava a praça pública”, o enfoque é dado à atuação das elites. Tal como fizeram Lúcia Neves e Isabel Lustosa em seus estudos sobre o processo de Independência, as abordagens utilizadas revelam a cultura política que girava em torno das idéias e atitudes das elites: elite política, elite intelectual, elite coimbrã, elite

² O autor se refere às atitudes de retorno ao “absolutismo” por d. Pedro, tal como a dissolução da Constituinte.

brasiliense, como se apenas elas dessem o tom da cultura política brasileira. (NEVES: 2003, LUSTOSA: 2000)

Acreditamos que todos os segmentos sociais, inclusive os populares, partilharam e construíram a cultura política do Brasil em qualquer momento histórico; e que seus pensamentos e suas ações políticas, inclusive aquelas interpretadas como rebeldes, contribuíram para direcionar os rumos políticos do país e os projetos de construção do Estado. Achamos ainda que, pesquisar as experiências que construíram a instância da política na vivência coletiva dos homens seja um caminho para compreender melhor a formação de nossa sociedade.

Nas pesquisas empreendidas atualmente na elaboração da tese de doutoramento, portanto ainda inconclusas, temos encontrado fontes riquíssimas, expressões de ação política consciente, que mesmo sendo “tratados de gramática bizarra”, na expressão crítica de um letrado oitocentista, não é menos rica em revelar a complexidade daquele mundo que se politizava, imerso nas representações de desigualdades, hierarquias, preconceitos de raça e de cor, de mestiçagem e, ao mesmo tempo, as recentes representações de liberdade, igualdade, cidadania e representação popular.

Como afirmamos anteriormente, o mais importante são os significados das representações e das ações políticas por trás das rebeliões regenciais. Analisando os significados dos próprios agentes das rebeliões, poderemos compreender se suas ações realmente representavam uma politização referente às questões articuladas ao movimento da Independência, ou às questões políticas da Regência, ou, mais importante que isto, entender a cultura política expressa no movimento rebelde.

Na análise das fontes historiográficas citadas no texto, observamos que, associadas ou não à frustração pelo não cumprimento das promessas da Independência, a ação rebelde das massas é atribuída ao seu despreparo, a simples saques e depredações, a “*primarismos de atos vandálicos*”, ou aos “*instintos grosseiros das escórias da população*”.

Comparemos, por exemplo, os sentidos conferidos à ação política dos rebeldes balaios, por Gonçalves de Magalhães, integrante da elite letrada e primeiro historiador da Balaiada:

(...) os rebeldes não aspiravam à glória dos combates, e sim à vantagem na rapina, prontos se deslocavam em face de arriscadas empresas; e como nenhuma inteligência entre eles se movesse, nem plano político bem concebido tivessem, andavam devastando tudo como quadrilhas de bárbaros salteadores(...)
(MAGALHÃES:1848:29)

Percebemos que, para Gonçalves Magalhães, **ação política** é uma atitude planejada, consciente, fruto de mentes bem formadas, letradas, capazes de estratégias brilhantes. Estes homens compreenderiam uma elite pensante, capaz de ponderar sobre situações de justiça ou injustiça, de desequilíbrios, e, sobretudo de definir um caminho político e, assim, “dignamente” lutar por um ideal. Tal capacidade, na visão do autor, os sertanejos não possuíam. A política seria então uma ciência cujo domínio estaria restrito a poucos.

Entretanto, no ofício que o principal líder da Balaiada, Raimundo Gomes, envia ao líder Valério Braúna, chefe de outro batalhão rebelde, traça estratégias para vencer o partido legalista, aqui designado como “cabanos”, e tenta reacender no companheiro os ideais de luta:

(...)Ilmo Senhor= Logo que este receber quera ter toda cautella no ponto do Olho d'Ágoa não deixe os Cabanos beber mas agoa de forma nenhuma não deixe os officiais nenhum sahir dos seos pontos em que estão.... Deve V S^a mandar hum espia a cavallo em the o buretizinho do Machado que não venha alguma força nos dar por a retaguarda e devemos apertar o inimigo com toda a violência para que não demos mais fuga a elles... E asem meo amigo devemos segurar o nosso carate e dezempenharmos e segurarmo o nosso Brazil e pormo o nosso imperador no tronno e segurarmo a Comtutuição e a religião Catholica. Devemos os atacar para contarmo logo vitória com estes malvados.(...)³

Indicando, portanto, que essa “ciência política” não é privilégio das elites brancas, proprietárias ou intelectuais, que se organizavam sim tecendo suas estratégias, e que sua luta fundamentava-se numa causa.

Nossa pesquisa busca esclarecer e discutir valores e significados políticos, a partilha de símbolos e trocas de experiências entre grupos sociais, desnaturalizando construções estabelecidas pela historiografia de que as ações populares rebeldes foram simplesmente atos de desespero, atos estéreis por “falta de consciência ideológica”, ou que os rebeldes foram apenas cooptados, seduzidos, conduzidos, utilizados por elites opositoristas para atender aos propósitos políticos desta, incapazes portanto de ações próprias, de projetos próprios.

Acreditamos que esse direcionamento nas pesquisas contribuirá para aprofundar o conhecimento do processo desencadeado pela Independência e do Período Regencial, não só por valorizar a história dos rebeldes “desclassificados” pelo discurso historiográfico, mas por indicar a pujança dos interesses políticos presentes nos interstícios do tecido social.

³ Ofício do Comandante em Chefe das forças Bemtevis, Raimundo Gomes, ao líder rebelde Valério Braúna, em 14/11/1839. Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Documentos para a História da Balaiada**, Maria Raimunda de Araújo (org). São Luís: FUNCMA, 2001, p.191.

BIBLIOGRAFIA:

- COSTA, Emília Viotti da, **Da monarquia a república: momentos decisivos**. São Paulo: Ciências humanas, 1999, 1º ed. 1977.
- COSTA, Wilma Peres, Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (org.), **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.
- DIAS, Claudete Maria Miranda, **Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, A Regência. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1967, tomo II, v.2.
- HOMEM, Francisco Sales Torres, “O libelo do povo”, escrito em 1849. In: **Revista de Ciência Política** – 3, v. 24, dez/ 1981. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 149-184.
- LUSTOSA, Isabel, **Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de, “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão, desde 1839 até 1840”. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 23, p. 14-66, mar., 1989. Publicação original: 1848.
- MARSON, Izabel Andrade, O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica, in, FREITAS, Marcos César de (org), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- NEVES, Lúcia B.P. das, **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003.
- OLIVEIRA Cecília Helena de Salles, PRADO, Maria Ligia Coelho, JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (orgs.), **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- RODRIGUES, José Honório, **A Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, 1ª ed: 1975.
- ROSAVANLLON, Pierre. **La monarchie impossible. Les Chartres de 1814 et de 1830**. Paris: Fayard, 1994.
- SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo, **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.